

18º Congresso Brasileiro de Sociologia

26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)

GT 16 – Economia Social e Solidária: Alternativas de Trabalho e Mobilização Coletiva.

Título do trabalho: O caráter ideológico do cooperativismo de ensino no estado de Goiás.

Marcelo Augusto de Lacerda Borges¹

¹ Doutorando pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED), na Linha de Pesquisa Trabalho, Sociedade e Educação, integrando o Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Sociedade (GPTES), coordenado pela Professora Dra. Fabiane Santana Previtali. Email: mlacerdaborges@yahoo.com.br.

Introdução

Portanto, se os representantes teóricos dos proletários quiserem conseguir alguma coisa com sua atividade literária, deverão insistir sobretudo em que sejam eliminadas todas as fraseologias que enfraquecem a consciência do acirramento dessa oposição, todas as fraseologias que mascaram essa oposição e até oferecem aos burgueses o ensejo de, por segurança, aproximarem-se dos comunistas por força dos seus devaneios filantrópicos (MARX, 2009, p. 452).

O propósito fundamental desse trabalho é afirmar o caráter ideológico do cooperativismo de ensino no estado de Goiás. Nesse intento, a assertiva da “dimensão ideológica” do cooperativismo na educação demanda – como ordem introdutória ao trabalho – um esforço de esclarecimento da noção conceitual de *ideologia* nas perspectivas de Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895).

No conjunto das investidas intelectuais marxianas e engelsianas, o termo-conceito “ideologia” assumiu uma variedade de significados constituídos pelas influências que marcaram as obras dos autores, em períodos distintos das suas produções intelectuais. De acordo com as avaliações de Bottomore (1997), por exemplo, o conceito de ideologia nas obras de Marx e Engels foi tramado histórica e filosoficamente dentro de variadas fases e contextos².

Porém, mesmo pela existência de momentos singulares no percurso da construção do conceito em questão, existe uma espécie de “continuidade epistemológica” que traduz conceitualmente a ideologia como representativo de “uma distorção do pensamento que nasce das contradições sociais e as oculta [...] desde o

² Na concepção de Bottomore (1997), o conceito de ideologia percorreu três momentos distintos na obra marxiana/engelsiana, quais sejam: “A primeira fase compreende os seus primeiros escritos e vai até 1844. A característica desse período é o debate filosófico no qual os principais pontos de referência são Hegel e Feuerbach. A expressão ‘ideologia’ ainda não aparece nos textos de Marx, mas os elementos materiais do futuro conceito já estão presentes em sua crítica da religião e da concepção hegeliana do Estado, definidas como ‘inversões’ que obscurecem o verdadeiro caráter das coisas [...] A segunda fase começa com o rompimento com Feuerbach em 1845 e vai até 1857. É um período dominado pela construção, por Marx e Engels, do MATERIALISMO HISTÓRICO, em que as premissas gerais de sua abordagem da sociedade e da história são desenvolvidas e a tendência feuerbachiana da primeira fase é definitivamente abandonada [...] A terceira fase começa com a redação dos *Grundrisse* em 1858 e caracteriza-se pela análise concreta das relações sociais capitalistas adiantadas que culmina em *O Capital*. A palavra ideologia quase que desaparece desses textos. Não obstante, a pertinência da análise econômica de Marx para o conceito evidencia-se com o uso constante e a reelaboração da noção de inversão” (1997, p. 184, grifos do autor).

início, a noção de ideologia apresenta uma clara conotação negativa e crítica” (1997, p. 184).

Na expansão do seu campo de interpretação, a obra de Eagleton (1997) também avalia e esclarece que o conceito de ideologia foi sendo construído gradualmente nas obras de Marx e Engels, onde os autores incorporaram a noção teórico-conceitual de ideologia como algo que notoriamente “diz respeito a essa lógica generalizada de inversão e alienação dos poderes, produtos e processos humanos” (1997, p. 71).

Ampliando o escopo das contribuições intelectuais para o entendimento do conceito, na acepção de Konder (2002), pode-se afirmar que a gênese do conceito de ideologia associa-se ao rompimento de Marx com o ponto de vista da filosofia hegeliana, atribuindo-lhe a “ideia de uma construção teórica distorcida, porém ligada a uma situação histórica ensejadora da distorção” (2002, p. 31). É nesse sentido que a ideologia vincula-se ulteriormente às concepções de alienação e estranhamento na obra de Marx, os processos ideológicos acabam promovendo uma apreensão distorcida da concretude social, a existência social é invertida na captura operada pela consciência dos seres sociais.

Por tais considerações iniciais, segue o entendimento de que as cooperativistas educacionais no estado de Goiás serão cotejadas a partir desse enquadramento crítico: de modo imediato – no seu *aparecer* – essas cooperativas são representadas a partir de uma feição organizacional democrática, solidária e discursivamente autônoma e crítica em relação à ordem produtiva capitalista. Mas, sua aparência institucional não se realiza nas condições concretas que definem a existência real – no seu *ser social* – desses empreendimentos na educação, como será problematizado a seguir.

Antes de tal desvelamento, faz-se necessário, no curso proposto para esse trabalho, compreender as relações existentes entre a ressurgência do cooperativismo e os processos de reestruturação da produção capitalista como os fundamentos materiais de onde emanam as novas investidas do cooperativismo na contemporaneidade.

1. A reestruturação produtiva e o fenômeno do cooperativismo.

Na década de 1980, grande parte da literatura produzida nos campos da sociologia do trabalho e demais campos que refletiam criticamente sobre o mundo do trabalho, apontava-se um quadro histórico de “rearticulação” das forças produtivas que postulavam alterações estruturais no modo de produção capitalista. A crise mundial iniciada nos anos 1970 e a inflexão neoliberal que se seguiu, a partir do início da década seguinte, produziram alterações profundas no mundo do trabalho, elevando as taxas de desemprego nos países centrais e periféricos, provocando *mutações no mundo trabalho* e nas suas formas de resistência política.

No campo dos movimentos sociais, ocorreu um refluxo dos projetos socialistas e um enfraquecimento das formas de luta partidária e sindical, como expressão da redução objetiva da classe operária tradicional, desarticulando o complexo de conquistas de direitos sociais e trabalhistas que foram acumulados historicamente no enfrentamento das lutas operárias, no século XX. Segundo Harvey,

A profunda recessão de 1973, exacerbada pelo choque do petróleo, evidentemente retirou o mundo capitalista do sufocante torpor da ‘estagflação’ e pôs em movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista. Em consequência, as décadas de 70 e 80 foram um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político (2002, p.140).

De modo sucinto, as análises sobre os impactos no mundo do trabalho convergem para as seguintes transformações provocadas pela “reestruturação produtiva”: 1) substituição da lógica da produção massificada, altamente padronizada, pela lógica da produção flexível, voltada às exigências do mercado; 2) tendência à focalização da produção, o que redundaria na terceirização de partes do processo produtivo e na difusão de empresas menores, “artesanais”; e 3) busca constante da melhoria do processo produtivo por meio do incentivo ao saber operário como forma de “envolvimento subjetivo” da classe trabalhadora.

Na percepção de Harvey (2002) sobre tal dinâmica, o mercado de trabalho passou por uma radical transformação, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da extensa mão de obra excedente para impor regimes de contratos flexíveis. Como efeito, a transformação do mundo do trabalho trouxe novas formas de recrutamento e contratação, como as terceirizações, subcontratações e incentivos dos modelos produtivos familiares, artesanais, modelos *cooperativistas de produção*, representando uma forma alternativa de realocação da

força de trabalho no interior das modificações produzidas pela nova ordem produtiva. É nessa medida que a reestruturação produtiva pode ser colocada aqui, diante do cooperativismo, quando invoca novas contratualidades e novos arranjos da força de trabalho no cerne da lógica acumulativa que ampara a ordem do capital.

Historicamente, no período pós-1945, o modelo de acumulação fordista já demonstrava precocemente um rastro de conflitos estratégicos internos que foram agudizados no fim da década de 1960, pelos seguintes indicativos: a) *a queda da taxa de lucro* causada pelo aumento do custo da força de trabalho – conquistada pelos ganhos salariais no período pós-guerra – em especial na década de 1960 pelas lutas em torno do controle social da produção; b) o *esgotamento do padrão acumulativo* por conta da retração do consumo e a necessidade de retomar as taxas de lucro na medida em que o custo social da produção elevava-se no rol de garantias trabalhistas e sociais tecidas pelo keynesianismo.

Desse modo, o Estado de bem-estar social em vigor, até meados da década de 1980, nos países de capitalismo central, foi suprimido pela retomada estratégica da ampliação do capital, onde sua modalidade de fabricar políticas públicas e sociais abrangentes será questionada e usurpada pelas novas ações do capitalismo enxuto e flexível.

O eixo central dessa nova agenda político-social contemplava, entre outros pontos: 1) a *privatização* do que havia sido mantido pelo controle estatal; 2) a redução drástica e mesmo *extinção do capital produtivo estatal*; 3) o desenvolvimento de uma *legislação fortemente desregulamentadora* das condições de trabalho e; 4) o *desmantelamento dos direitos trabalhistas e sociais* conquistados ao longo da luta operária no século XX.

Nesse cenário, o final do século XX foi o palco de uma nova recrudescência do movimento cooperativista. As transformações tecnológicas com a introdução da robótica e das novas técnicas de gestão que poupam força de trabalho, a flexibilização da produção e o desmonte de políticas sociais, fizeram com que as cooperativas voltassem a ser vistas como alternativa ao desemprego.

Especificamente, no que diz respeito às metamorfoses ocorridas no mundo do trabalho, pode-se afirmar que a diminuição dos postos de trabalho efetivos e estáveis não só está vinculada a um processo mais amplo de precariedade, mas também à afirmação de atividades flexibilizadas e intermitentes, em um contexto de reorganização das formas de contratação que libera o excedente da força de trabalho

como nova modalidade de acumulação, procurando deslocar os custos sociais da produção por meio de subcontratações ou – aqui está o interesse específico da abordagem pretendida – desviando os vínculos formais de trabalho para empresas autogestionárias (cooperativas) com o intuito de baratear a produção, dando origem ao cooperativismo integrado à lógica funcional do capital.

Nesse movimento, ocorre, segundo Vasapollo (2005, p. 101), uma tendência à formação de “atividades de trabalho atípico, sazonais, sobretudo sob a forma de subcontratos nas cooperativas”. Na avaliação de Antunes (2013, p. 21), igualmente refletindo sobre essa dinâmica dos desdobramentos da *precarização estrutural do trabalho*, confirma-se em sua obra “a erosão do trabalho contratado e regulamentado”, incorrendo na “criação de falsas cooperativas a fim de aumentar os níveis de exploração da força de trabalho”.

No caso brasileiro, é nessa direção analítica sobre as novas configurações do mundo do trabalho que emerge uma torrente de críticas sobre o cooperativismo como ambiente produtivo propício à supressão dos direitos trabalhistas, engenhosamente formatado no âmbito dos interesses empresariais de ampliação e reprodução do capital, configurando por estratégia, as *cooperfraudes*³, como encarnações dos seus interesses prementes.

2. A reemergência do cooperativismo no Brasil.

No conjunto heterogêneo da literatura dedicada às relações existentes entre a reconfiguração das forças produtivas e a ressurgência do cooperativismo no Brasil, nas últimas décadas, sublinha-se com veemência a intimidade dos nexos entre o desemprego tecnológico e a retomada substancial dos empreendimentos cooperativistas.

Nesse composto de reflexões, destacam-se autores, tais como, Lima (2011), ao afirmar que a multiplicação das cooperativas resulta do processo de reestruturação econômica, visando a redução dos custos empresariais; Gaiger (2004), ao ressaltar que o cenário macroeconômico das últimas décadas criou a redefinição do padrão de

³ Segundo Lima, as cooperfraudes ou coopergatos, “são cooperativas organizadas por empresas, ou por sugestão destas, para rebaixamento de custos empresariais na gestão da força de trabalho, evitando impostos e obrigações sociais. Essas cooperativas podem se constituir como empresas de intermediação na contratação de força de trabalho ou serem organizadas para a terceirização da produção. Elas são fraudulentas quando utilizam trabalhadores como cooperados sem se constituírem formalmente como cooperativas” (2011, p. 88).

acumulação capitalista, engendrando novas formas de produção, no caso, as cooperativas de trabalhadores; Santos (2002), no viés teórico de que na ascensão do neoliberalismo, todo o mundo político, ativista e acadêmico tem recorrido à tradição cooperativista; Pinto (2006), ao destacar que o crescimento progressivo do desemprego estrutural sinalizou a busca de formas variadas de prover trabalho e renda; Wellen (2012), ao descrever que grande parte dos empreendimentos cooperativistas floresceram do contexto de crise econômica e social das últimas décadas do século passado; e Leite (2012), indicando que é possível considerar que a expansão do cooperativismo contemporâneo tem a ver com o processo de globalização e de reestruturação econômica, que se iniciou em âmbito mundial nos anos de 1970.

Se observarmos essa marcha de alterações nas décadas anteriormente citadas, a economia brasileira encaminhava suas estruturas para o contexto internacional da globalização, “modernizando” o complexo industrial por meio da revolução tecnológica e inaugurando uma vastíssima corrente de excluídos do mundo do trabalho.

O fechamento de fábricas e as tentativas de recuperação – por meio da adoção do modelo cooperativista – diante da crise foram também concretamente documentados por autores, como Holzmann (2001), que retratou o caso da fábrica de fogões Wallig, no Rio Grande do Sul, em 1984, quando suspendeu suas atividades e, a partir da organização dos seus trabalhadores, constituiu duas cooperativas: uma mecânica e outra de fundição; e Nascimento (2003), em outra situação de emergência da modalidade cooperativista por recuperação fabril, tomando por experiência a Tecelagem Mandacaru, em João Pessoa, Paraíba, que faliu em 1990, por problemas de comercialização, equipamentos obsoletos e ausência de “cultura solidária” entre os trabalhadores. Ainda no certame de autores, Verago (2011), descreveu a crise econômico-social emprenhada pelas forças neoliberais que motivou a ocupação das fábricas por trabalhadores no Brasil, implementando o controle operário da produção nas unidades fabris. Como exemplo de tal processualidade, segue a tabela que expõe os momentos concretos da ampliação dos empreendimentos cooperativistas no Brasil.

Tabela 1 – Quantidade de empreendimentos solidários por ano

1900-1950	1951-1970	1971-1980	1981-1990	1991-2000	2001-2007	TOTAL
65	139	264	1.903	8.554	10.653	21.578
Crescimento	113,85%	89,93%	620, 83%	349,50%	24,54%	16.289,23%

Fonte: Anuário do Cooperativismo Nacional (2007); Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Elaboração própria.

Historicamente, no sentido do esclarecimento dos dados presentes na tabela, nos anos 1990, com a abertura das exportações e a adoção do eixo de políticas neoliberais no governo Collor, o parque industrial brasileiro sofreu profundas transformações no intento de reorganizar a produção para enfrentar a lógica concorrencial internacional. Muitas fábricas foram fechadas, setores econômicos foram desnacionalizados, empresas públicas foram privatizadas e o desemprego avançou como efeito mais direto das transformações produtivas empreendidas pelo receituário neoliberal.

Nesse ambiente, é iniciado o atual movimento de associativismo do trabalho e da produção que foi aclamado sob a descrição teórica mais recente da “*economia solidária*”⁴, como reflexo das transformações impostas pelos novos padrões produtivos e organizacionais.

Assim, a partir do início da década de 1990 as inovações tecnológicas e organizacionais passaram a difundir-se para o conjunto da economia, basicamente em razão da recessão conjugada à abertura indiscriminada das importações, ambas dilatadas pelo governo Collor. As empresas, por sua vez, para reagirem à crise e à maior concorrência, fizeram uso das inovações tecnológicas de base microeletrônica com o objetivo de aumentar a produtividade e reduzir seus custos de produção. Com relação aos impactos de tal processo na formatação do cooperativismo desse momento, Lima entende que,

no Brasil, as cooperativas de trabalho adquirem visibilidade nos anos 1980 a partir dos movimentos de recuperação de fábricas falidas em diversas regiões [...] o crescente número de fábricas em situação

⁴ De acordo com Laville (2011), a noção conceitual de “*economia solidária*” surge a partir dos anos 1970, na América do Sul e na Europa, remetendo a iniciativas oriundas principalmente do movimento de retomada das empresas pelos assalariados sob a forma de cooperativas autogestionárias. Atualmente, o termo agrupa outras experiências de autogestão, como as cooperativas rurais, o desenvolvimento de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares nas universidades, a criação de instituições de poupança e de crédito solidário e associações de serviços comunitários na saúde, educação e habitação.

falimentar provocado pela abertura dos mercados, resultaram na conversão das fábricas em cooperativas (2004, p.75).

Desse modo, ocorre uma eclosão da modalidade cooperativa como artifício da reorganização das forças produtivas, envolvendo uma série de novos agentes institucionais. A contradição deste orquestramento realiza-se na medida em que, por um lado, é um movimento que resulta de uma pressão ativa do trabalhador diante da redução objetiva dos postos de trabalho formalmente vinculados à sociedade salarial e, por outro lado, é uma arregimentação do próprio capital rearticulando as formas de inserção dos excluídos no mercado de trabalho.

Por isso, comenta Pochmann, que

a expansão das formas de inserção da População Economicamente Ativa (PEA) referentes às ocupações com baixa produtividade e precárias condições de trabalho marca o contexto mais amplo da crise do emprego no Brasil a partir das duas últimas décadas do século XX. A maior parte das vagas abertas no mercado de trabalho não tem sido de assalariados, mas de ocupações sem remuneração, por conta própria, autônomo, trabalho independente, de cooperativa, entre outras (2006, p. 61).

A crise social instalada pela dita “modernização produtiva” alavancou as formas de resistência em busca de novos postos de trabalho no curso dessa nova feitura excludente do mercado de trabalho. Por força de extensão, o Estado foi incapaz de responder às novas demandas pelo processo próprio de enxugamento estratégico que o circunscrevia, o incremento da tragédia social do desemprego tecnológico aliada ao afastamento do Estado em relação à “questão social” criou uma espécie de hiato coletivo, como ausência de forças político-sociais que pudessem mediar a problemática da crise social, como expressão da crise do trabalho provocada pelas forças modernizantes da globalização e da reestruturação produtiva. Assim, a época de maior efervescência da modalidade cooperativa de organização coincide com o contexto histórico das altas taxas de desemprego.

De modo mais enfático, pode-se afirmar que no Brasil, principalmente nos anos de 1990, a “desresponsabilização” do Estado, a abertura do mercado à livre concorrência, a conseqüente falência e fechamento de unidades produtivas, o desemprego massivo, a precarização do mundo do trabalho, a terceirização e a subcontratação das relações de trabalho, as cooperativas acabaram se multiplicando como possibilidades de geração de emprego e renda. Segundo Gohn,

As alterações ocorridas no cenário econômico e da participação social nos anos 90, no Brasil, levaram à reelaboração dos olhares sobre a

temática da exclusão social. Diante da crise econômica e da contenção do Estado na sua capacidade de produzir políticas de integração social, percebemos as organizações não governamentais e as cooperativas como alternativas fabricadas pelos excluídos (2003, p. 14).

Nesse itinerário de expansão desses empreendimentos, o cooperativismo passou a ser visto como espelho crítico das práticas neoliberais, como ocorre em maior escala, com as organizações mundiais que articulam formas alternativas de produção. Por exemplo, no primeiro FSM (Fórum Social Mundial) realizado em 2001, o tema da Economia Solidária apareceu como eixo temático das discussões e, em 2002, foi definido como eixo dos trabalhos e elemento estruturante dos debates. Na passagem 2002-2003, a disputa eleitoral que resultou na condução de Luis Inácio Lula da Silva à Presidência da República, os sujeitos sociais que estavam no movimento pró-cooperativismo e que vinham desenhando suas posturas nos fóruns, resolveram realizar a primeira plenária nacional para discutir os rumos do cooperativismo na agenda das políticas do governo federal. E será dessa organização que resultará a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária no Ministério do Trabalho e do Emprego.

Em junho de 2003, o Congresso Nacional aprovou o projeto de lei do presidente Lula, criando no Ministério do Trabalho e do Emprego a SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária), reconhecendo dessa forma que o Estado brasileiro consolidava ali, um processo de transformação das suas atividades, atuando como agência de fomento às políticas públicas de emprego como resposta à crise social que vem assolando o país desde a década de 1980⁵.

Assim, teremos a proposição de uma perspectiva do Estado como agente de intermédio da problemática social através do incentivo à associação através de grupos autogestionários, desenhando uma tendência de afastamento histórico do Estado como provedor direto das questões sociais. Mais recentemente, tal tendência se oficializou a partir do Programa de Governo (2007/2010) do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, ao apresentar suas metas políticas no subnível temático “Trabalho e Emprego”, ao propor o *“incremento do crédito e o fomento aos micro-empresendimentos cooperativistas e outras práticas de economia solidária”*.

⁵ De acordo com Antunes, a respeito dos impactos sociais da reestruturação produtiva no Brasil, “foi, então, na década de 1980, que ocorreram os primeiros impulsos do nosso processo de reestruturação produtiva [...] significando uma mudança dos padrões organizacionais e tecnológicos, gerando novas formas de organização social do trabalho” (2005, p. 17).

Essa 'onda solidária' é resultante da investida de vários movimentos sociais, organizações não governamentais, categorias representativas de classes e gêneros, entidades sindicais e outros que buscam novas formas de superação da crise do capital, do desemprego, dos altos custos de vida nas cidades e no campo, forjando estratégias de ação política e auto-organização do trabalho. Nesse panorama político, econômico e social é que o cooperativismo no estado de Goiás está inserido e, mais especialmente, o seu ramo educacional, como será discutido adiante.

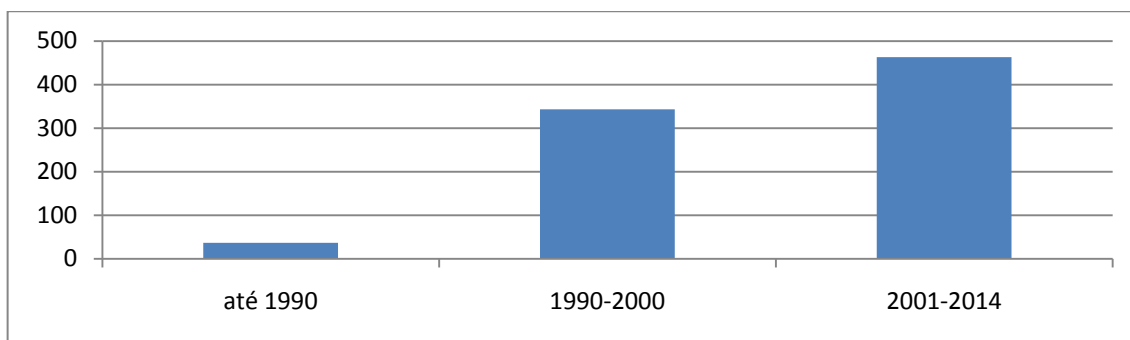
3. O cooperativismo educacional no estado de Goiás.

Embora as primeiras experiências do cooperativismo no estado de Goiás possam ser rastreadas no final dos anos 1960, iniciando suas atividades em outro contexto econômico, social e político, nota-se que a expressiva ascendência das organizações cooperativistas está concentrada a partir dos anos 1990, corroborando para as leituras contextuais antes apresentadas.

De acordo com os dados disponibilizados pelo Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), no estado de Goiás, entre 1951 a 1970 houve apenas 1 (um) registro de início de uma atividade cooperativa; de 1971 a 1980 esse número aumentou para 10 (dez) registros; de 1981 a 1990, foram 58 (cinquenta e oito) registros e; de 1991 a 2000, ocorreram 376 (trezentos e setenta e seis) registros de início de alguma organização cooperativa. Numa análise mais geral, do total de empreendimentos econômicos solidários no estado de Goiás, 95% tiveram suas atividades inauguradas para adiante dos anos 1990.

Nessa perspectiva, a eclosão das organizações cooperativistas no estado de Goiás coincide com a trama histórica mais geral de reorganização dos processos produtivos e do mundo do trabalho, exprimindo regionalmente a mesma operacionalidade macroeconômica visualizada no movimento de reordenação da lógica acumulativa do capital, na economia brasileira. A título de materialidade do movimento descrito, verifica-se o gráfico a seguir.

Gráfico 1 – Número de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) por ano de início das atividades – Goiás/2014.



Fonte: SENAES/TEM – SIES/2014. Elaboração: Instituto Mauro Borges/Segplan/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais – 2014.

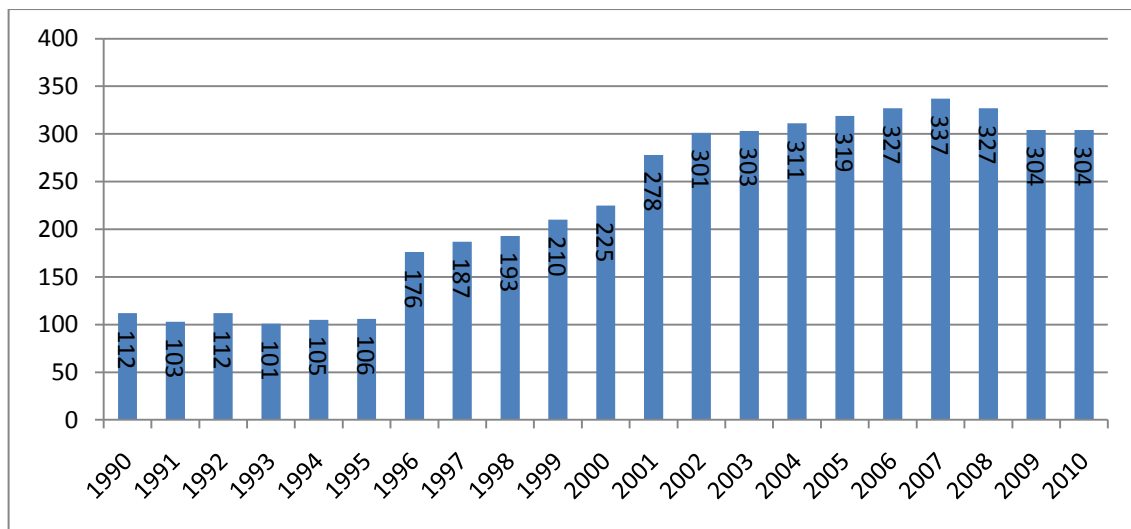
Especificamente, com relação às origens e a expansão das cooperativas educacionais⁶ no estado de Goiás, as mesmas devem ser avaliadas a partir das mesmas conjecturas que gestaram a ampliação dos empreendimentos cooperativistas no Brasil nas décadas previamente comentadas, quais sejam, partindo dos apontamentos teóricos de Montaño e Duriguetto (2011): a lógica premente da reestruturação das forças produtivas, a “desresponsabilização” do Estado diante dos impactos sociais fabricados pela nova lógica acumulativa e a fragmentação das lutas sociais, ramificando e “setorializando” as demandas sociais por meio de agentes institucionais deslocados do núcleo decisório do Estado (como as organizações não governamentais, o terceiro setor e as organizações da sociedade civil de interesse público e as cooperativas, por exemplo).

Sobre tal processualidade, Neves (2005) avalia da mesma forma, a perda de espaço do Estado de bem-estar social para o Estado neoliberal, onde o Estado passou a assumir a função de coordenador das iniciativas privadas e da sociedade civil, em detrimento da sua anterior condição de produtor de bens e serviços. A transfiguração do Estado em estimulador de iniciativas privadas é uma movimentação fundamental para o entendimento da formação das cooperativas na educação.

⁶ Seguindo a definição da OCB-GO/SESCOOP-GO (2016), entende-se por *cooperativas educacionais*, as cooperativas de profissionais em educação, de alunos, de pais de alunos, de empreendedores educacionais e de atividades afins. Este ramo é composto por cooperativas de professores, que se organizam como profissionais autônomos para prestarem serviços educacionais, por cooperativas de alunos de escola agrícola que, além de contribuírem para o sustento da própria escola, às vezes produzem excedentes para o mercado, mas tem como objetivo principal a formação cooperativista dos seus membros, por cooperativas de pais de alunos, que têm por objetivo propiciar melhor educação aos filhos, administrando uma escola e contratando professores, e por cooperativas de atividades afins.

Ainda com as categorias analíticas de Neves (2007), o bloco histórico que se apodera do Estado, e passa a coordenar as políticas neoliberais, de um modo geral, aplica as mesmas diretrizes no plano educacional: promove-se a redução dos gastos públicos, focalizam-se as ações governamentais, descentralizando os encargos e açulando a participação dos diversos setores da sociedade na sua operacionalização. Novamente, entende-se aqui que a expansão das escolas cooperativas no Brasil configurar-se-á como um efeito típico desse momento de retração da figura do Estado e do estímulo da participação da sociedade civil, como revela o gráfico abaixo.

Gráfico 2 - Evolução das cooperativas do ramo educacional no Brasil.



Fonte: Unidades Estaduais e OCB; Base: Dez/2010; Elaboração: GEMERC/OCB.

No que diz respeito, mais particularmente à constituição das cooperativas educacionais no estado de Goiás, as mesmas foram criadas mediante o contexto que emoldurava o ambiente educacional brasileiro naquele período, referencialmente, segundo Oliveira:

o cooperativismo educacional surgiu no estado de Goiás, em 1987, como alternativa para resolver o problema educacional, originado na constante insatisfação em relação à qualidade do ensino na escola pública, e dos elevados preços cobrados pelas escolas particulares (1994, p. 68).

No entalhe dessas razões históricas surgiram no estado de Goiás, por exemplo, as cooperativas educacionais de Itumbiara, em 1987, de Rio Verde, em

1988, de Acreúna, Goiás, Pontalina e Quirinópolis, em 1989, de Edéia, em 1990 e de Jaraguá e Goiânia, em 1991. Em termos mais gerais, as cooperativas educacionais no estado de Goiás originaram-se a partir da articulação de pais, professores e setores diversos do movimento cooperativista goiano, principalmente pelo envolvimento desses agentes em outros ramos da atividade cooperativista, acreditando na possibilidade – seguindo o mote dos seus discursos originários – de uma nova oferta educacional perante o impasse instituído pela educação pública de baixa qualidade e pelas altas mensalidades praticadas nas escolas particulares.

Ainda, seguindo os estudos de Oliveira (1994), além do contexto econômico-social de origem supracitado, as cooperativas educacionais no estado de Goiás emergiram a partir de uma ordenação ideológico-pedagógica profundamente eivada pelos sentimentos da cooperação democrática, da necessária descentralização das decisões na escola, da autonomia dos processos avaliativos, da aproximação entre o saber e o fazer, da crítica ao autoritarismo presente na escola e da solidariedade entre os agentes na relação ensino/aprendizagem, são todos valores ideológicos e de lutas que ungiam os experimentos coletivos desse tipo, naquele período, na sociedade brasileira.

No panorama das influências valorativas e ideológicas que nortearam as cooperativas goianas ressaltam-se, ainda, os princípios assumidamente herdados das experiências cooperativistas historicamente mais sólidas associadas à ACI (Aliança Cooperativa Internacional)⁷, como é o caso da CEI (Cooperativa de Ensino de Itumbiara), pioneira na organização do ramo educacional em Goiás e no Brasil. Como

⁷ A ACI - Aliança Cooperativa Internacional, organismo máximo do cooperativismo mundial, é uma entidade cooperativista, não governamental, fundada em Londres, em agosto de 1895, responsável por estabelecer os princípios que regem o funcionamento de toda e qualquer cooperativa no mundo, resumidos nas sete proposições a seguir: 1) *Associação voluntária e aberta*: ou seja, podem associar-se às cooperativas todos aqueles que apresentem condições de utilizar seus serviços; 2) *Controle democrático dos membros*: significa participação ativa e direta de homens e mulheres associados, quer no estabelecimento de diretrizes políticas, quer na tomada de decisões.; 3) *Participação econômica dos membros*: ou seja, controle democrático da cooperativa e igual contribuição ao capital, sendo que uma parte do capital social constitui propriedade comum da cooperativa; 4) *Autonomia e independência*: decorrem do entendimento de que a cooperativa é uma associação de ajuda mútua de pessoas que se unem voluntariamente para atender suas necessidades nas áreas econômica, social e cultural; 5) *Educação, treinamento e informação*: dos associados, dos representantes eleitos, dos executivos e empregados da cooperativa para que eles possam, efetivamente, contribuir para o seu desenvolvimento; 6) *Cooperação entre cooperativas*: o trabalho conjunto e/ou a interação das cooperativas, em níveis local, regional e internacional, fortalecem o movimento cooperativo; 7) *Preocupação com a comunidade*: ou seja, os membros das cooperativas devem aprovar políticas especiais com o objetivo fundamental de contribuir para o desenvolvimento sustentável de suas respectivas comunidades.

efeito, todo o ideário formalmente ali presente acabou refletindo na sistemática da ordenação pedagógica e administrativa das cooperativas que se estruturavam a partir dos conselhos de gestão democrática, da divisão equitativa dos custos e aquisições na escola, da práxis pedagógica horizontalizada, da formulação autônoma dos currículos e conteúdos programáticos, da oferta da educação solidária para os membros e da urgente coletivização das condições de produção do cotidiano escolar.

Atualmente, na contabilidade oficial da Organização das Cooperativas Brasileiras no Estado de Goiás (OCB-GO), apresentada no último Censo do Cooperativismo Goiano (2015), o estado de Goiás conta com dez empreendimentos no ramo educacional. Destacam-se aqui, segundo os dados da OCB-GO, as cinco maiores cooperativas do ramo educacional do Estado, que são: a COOPEN, com 2.463 cooperados, a COOPAI, com 404 cooperados, a COOPECIGO, com 637 cooperados, a CEP, com 323 cooperados e a CEDEL, com 248 cooperados. No cômputo das proporcionalidades, as mesmas totalizam 93,79% do ramo educacional no estado de Goiás, concentrando grande parte das ações e representações do cooperativismo educacional em Goiás.

Porém, numa análise mais depurada e crítica dos dados oficiais fornecidos pela OCB-GO a respeito da relevante expansão das cooperativas educacionais, nas últimas duas décadas em Goiás, as suas premissas valorativas e organizacionais da igualdade participativa entre os membros e da distribuição equitativa das funções e benefícios se contradizem e se ideologizam no sentido marxiano em que, se falsificam quando desvelados diante da concretude social.

Numa primeira dimensão da referida contradição, sob o recorte do gênero⁸, por exemplo, 2.682 cooperados são homens, enquanto 1.681 cooperados são mulheres, contrariando a composição estatística nacional das cooperativas do ramo educacional, segundo o Diagnóstico do Ramo Educacional (2014), divulgado pela OCB, que são de 51% de mulheres e 49% de homens. Ainda, no aspecto da direção institucional, nos conselhos administrativos e fiscais das cooperativas educacionais

⁸ Em 1995, a ACI listou uma série de compromissos institucionais em relação à inserção das mulheres no cooperativismo latino-americano, criando o *Programa de Ação Regional para as Mulheres da América Latina e do Caribe*, com algumas áreas estratégicas de preocupação: Equidade de Gênero; Desenvolvimento econômico e social, levando em consideração a participação equitativa das mulheres nas decisões, nas responsabilidades e nos benefícios do desenvolvimento; Igualdade de participação das mulheres nas tomadas de decisões, no poder, na vida privada e pública; Acompanhamento efetivo por parte das organizações e instituições cooperativistas.

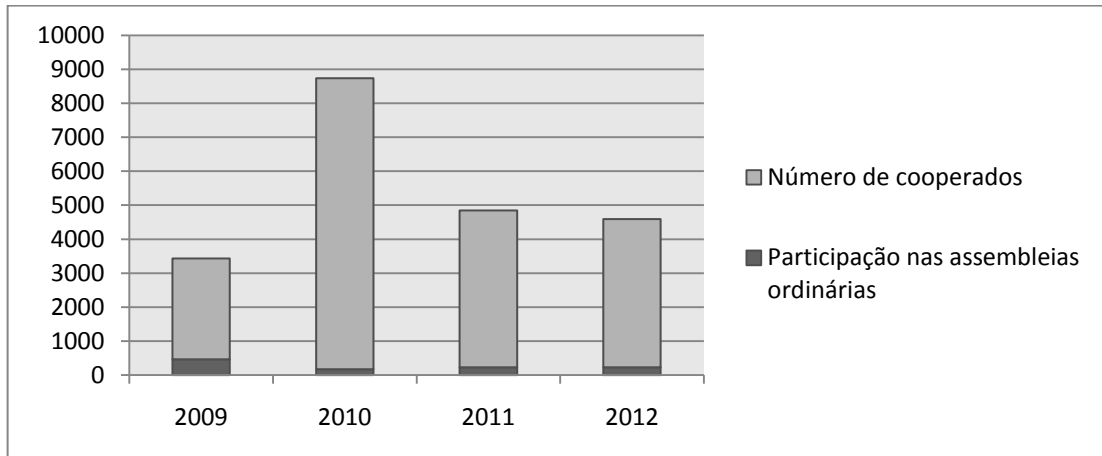
em Goiás, a presença de homens é de 70% e de mulheres 30%, sendo que em 2010 nenhuma mulher ocupava sequer um cargo diretivo em todas as cooperativas de Goiás. Com relação ao número de empregados (as), o quadro de homens é de 74 contratados, as mulheres são 225 contratadas.

Em termos práticos, a menor presença das mulheres na condição de cooperadas – o que lhes facultaria o direito ao voto e à participação ativa nas assembleias – e dirigentes, juntamente à sua maior presença no quadro de empregadas, sonega os princípios da equidade/paridade e do controle democrático entre os membros, princípios estes que foram deontologicamente proclamados na sua carta inaugural de valores e, ainda, faz reproduzir a mesma lógica excludente do mercado de trabalho, espelhando as desigualdades presentes na divisão sexual do trabalho, típicas da contemporaneidade pungente da forma social capitalista de produção.

Numa segunda dimensão, a premissa da contradição novamente é revelada quando se coloca a questão dos níveis de participação dos cooperados nas assembleias gerais das cooperativas. Sabe-se que as decisões e normativas administrativas das cooperativas são conduzidas através da reunião dos seus membros nas assembleias ordinárias ou extraordinárias, onde o envolvimento dos partícipes é algo criteriosamente considerado para a construção de uma vivência coletiva essencialmente descentralizada, democrática e igualitária. O propósito estruturante da prática cooperativista, pelo menos formalmente, é contrariar a lógica privatista dos bens econômicos e das tomadas de decisão na definição da produção e da gestão do trabalho, instruída pelo desenvolvimento de uma “cultura solidária”.

Nas palavras de Namorado (2009, p. 96), a participação política dos trabalhadores nas assembleias “está inscrita no código genético das cooperativas, formando o seu tecido conjuntivo social desde o século XIX”. No entanto, os dados do Censo do Cooperativismo Goiano (2012) sobre a participação dos cooperados remetem à outra perspectiva, como é possível visualizar no gráfico seguinte.

Gráfico 3 – Percentual de participação dos cooperados nas assembleias ordinárias, nas cooperativas educacionais, no estado de Goiás, no período de 2009 a 2012.



Fonte: Censo do Cooperativismo Goiano – OCB-GO/SESCOOP-GO/2012. Elaboração própria.

Decorre daí, a ínfima participação do quadro total de cooperados nas assembleias, fertilizando a prática centralizadora das decisões e uma constrição dos agentes coletivos na atuação do cotidiano escolar, fomentando a concentração objetiva das atividades dirigentes e reduzindo o escopo de um senso democrático na condução das cooperativas educacionais.

Numa terceira e última dimensão, cita-se aqui – no propósito de revelar outra antítese institucional – mais um princípio nuclear na fundação do ideário cooperativista, segundo a ACI, que é a *autonomia/independência*, decorrendo do entendimento de que “a cooperativa é uma associação de ajuda mútua de pessoas que se unem voluntariamente para atender suas necessidades nas áreas econômica, social e cultural, controlando elas mesmas o funcionamento de sua organização”. Nesse caso, é peremptória a organização didático-pedagógica da COOPEN, que está associada ao sistema educacional Sistema de Ensino Brasileiro – Colégio Oswaldo Cruz (SEB-COC) que, por sua vez, foi adquirida, em 2010, pelo grupo britânico Pearson, uma das agências que atua na atual regência mundializada da monopolização da educação através da aquisição/processos de fusão com outras instituições ligadas ao “mercado da educação”, com vistas à mercantilização globalizada da educação.

Nesse aspecto, o princípio da autonomia/independência gestonária da cooperativa educacional em questão, é fortemente descompensada pelo

entrosamento da cooperativa com a lógica determinante do capital, desfalcando a promessa ideológica da autorregulação do empreendimento cooperativista no conjunto das atividades educacionais.

4. Conclusões.

As cooperativas educacionais se constituem a partir de uma realidade material substancialmente marcada pela premência da rearticulação das forças produtivas, expressando uma das facetas da reconfiguração do mundo do trabalho e da educação nas últimas décadas.

No caso das cooperativas educacionais do estado de Goiás, suas gêneses, embora distintas nas suas localidades, foram significativamente orientadas pelos princípios clássicos e essenciais do movimento cooperativo, institucionalizado por uma seriação de valores organizacionais que apregoam genericamente a autonomia, a democracia e a gestão solidária por parte dos trabalhadores.

Porém, a realidade objetiva do fenômeno transforma o ideário cooperativista em mero formalismo sem substância, na medida em que as cooperativas educacionais propagam elementos típicos da sistemática produtivista capitalista. A distorção entre o *real* (dimensão material) e o *formal* (aparência discursiva), entre a mística da igualdade propagada entre os cooperativistas e a concretude das suas práticas sociais, expõe as contradições do cooperativismo educacional em Goiás e faz reforçar o sentido conceitual da *ideologia* como fabricação ilusória vinculada às condições materiais de produção da vida coletiva.

Enfim, distante da sua capacidade de fomentar uma organização político-social crítica à organização capitalista na educação, as cooperativas educacionais tornam-se replicadores dos imperativos da lógica capitalista. É nessa posição crítica que a obra de Mészáros (2004), no seu extenso quadro categorial, ao analisar o poder da ideologia, concebeu-a como uma ideia-força que é considerada um obstáculo da consciência para a autonomia e para a emancipação. Deste ponto de vista, ela tornou-se sinônimo da falsa consciência ou de uma representação autoenganadora das relações sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. Campinas: Cortez, 1999.

_____, R. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

BIHR, A. **Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise**. São Paulo: Boitempo, 1998.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

EAGLETON, T. **Ideologia**. São Paulo: Boitempo, 1997.

GAIGER, L. I. **Sentidos e experiências da Economia Solidária no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

GOHN, M. da G. M. **Os Sem-Terra, ONG's e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2003.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Ed. Loyola, 2002.

HOLZMANN, L. **Operários sem patrão: gestão cooperativa e dilemas da democracia**. São Carlos: UFSCAR, 2001.

KONDER, L. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LAVILLE, J-L. et al. **Dicionário Internacional de Outra Economia**. São Paulo: Almedina, 2011.

LEITE, M. P. **Cooperativas e trabalho: um olhar sobre o setor de reciclagem e fábricas recuperadas em São Paulo**. In: GEORGES, I. P. H. & LEITE, M. P. (orgs). *Novas configurações do trabalho e economia solidária*. São Paulo: Annablume, 2012.

LIMA, J. C. **O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado**. RBCS, 2004, v.19, n. 56, p. 48.

_____, J. C. **Coopergatos (ou falsas cooperativas)**. In: CATTANI A. D. & HOLZMANN, L. *Dicionário de Trabalho e Tecnologia*. Porto Alegre: Zouk, 2011.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MONTAÑO, C. & DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2011.

NAMORADO, R. **Cooperativismo**. In: LAVILLE, J-L. et al. Dicionário Internacional de Outra Economia. São Paulo: Almedina, 2009.

NASCIMENTO, F. P. **Cooperativas de trabalho**. São Paulo: Mandamentos, 2003.

NEVES, L. M. W. **A sociedade civil como espaço estratégico de difusão da nova pedagogia da hegemonia**. In: NEVES, L. M. W. (org), A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

_____, L. M. W. **Brasil Século XXI: propostas educacionais em disputa**. In: LOMBARDI, J. C. & SANFELICE, J. L. (orgs), Liberalismo e educação em debate. Campinas: Autores Associados, Histedbr, 2007.

OCB (Organização das Cooperativas do Brasil), **Anuário do Cooperativismo Nacional**. Brasília: 2007.

OCB (Organização das Cooperativas do Brasil), **Diagnóstico do Ramo Educacional**. Brasília: 2014.

OCB-GO/SESCOOP (Organização das Cooperativas do Brasil), **Censo do Cooperativismo Goiano**. Goiânia: 2012.

OCB-GO/SESCOOP (Organização das Cooperativas do Brasil), **Censo do Cooperativismo Goiano**. Goiânia: 2015.

OLIVEIRA, I. S. **Educação e cooperativismo. Administração, Pedagogia e Política na Cooperativa de Ensino: um estudo de caso**. Marília: UNESP, 1994.

PINTO, J. R. L. **Economia Solidária: de volta à arte da associação**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

POCHMANN, M. **Desempregados do Brasil**. In: ANTUNES, R. (org), Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006.

SANTOS, B.S. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

VASAPOLLO, L. **O trabalho atípico e a precariedade**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

VERAGO, J. L. **Fábricas ocupadas e controle operário: Brasil e Argentina (2002-2010). Os casos da Cipla, Interfibra, Flaskô e Zanon**. São Paulo: CEMOP, 2011.

WELLEN, H. **Para a crítica da “Economia Solidária”**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.